



ATA Nº 3/2023

Aos 7 dias do mês de março de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da primeira sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Beatriz Manso Preto Loureiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

5. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);

6. Proposta de reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022);

7. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);

8. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023);

9. Proposta de 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Espinho para 2023;

10. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;

11. Aprovação de atas da sessão ordinária de dezembro de 2022 e das sessões extraordinárias de 7 e 21 de dezembro;

12. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros Joana Raquel da Silva Devezas, António José Nunes Teixeira Lopes, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por António Marques Azevedo, Isabel Maria Pinhal Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Maria Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha por Floriano Augusto de Oliveira Alves e de Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Fausto Manuel da Silva Neves.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que as faltas, na reunião de 28 de fevereiro p.p., da vogal Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães e do Presidente da Junta de Freguesia de Espinho tinham sido devidamente justificadas e verificado o quórum, declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto.

De seguida, anunciou que havia um requerimento por parte do público presente para intervenção e deu a palavra a Bernardo Gomes de Almeida que interveio, na qualidade de Presidente do Sporting Clube de Espinho, para solicitar esclarecimentos sobre a



obra do estádio municipal, uma vez que existiam informações contraditórias dadas pela Presidente da Câmara Municipal, em reunião formal nos paços do município, em que referiu que a obra estava a andar e, de acordo com o cronograma, apontava-se o final dos trabalhos para setembro de 2023, podendo haver um ligeiro atraso, devido a um estudo técnico encomendado, e as dadas, informalmente, pelo seu Chefe de Gabinete, fora daquela reunião, que referiu que a obra estava parada por falta de dotação orçamental, sendo talvez necessário fazer-se um novo concurso público e fazendo a proposta de entregar a obra ao clube no estado atual tendo de resolver o problema da construção do estádio, e sugerindo, até, um sócio para aquela empreitada, ligado a uma empresa de construção.

Presidente Câmara Municipal disse que estava estupefacta com o que ouviu e que as explicações seriam dadas no local próprio que iriam convocar para a próxima semana, acrescentando que na reunião ontem ocorrida foi o mais clara possível.

Paulo Leite (PSD) perguntou se era verdade que existia alguém junto da Presidente da Câmara a dar explicações diferentes e se a Câmara era governada pelo Chefe de Gabinete ou pelo órgão executivo

João Matos (BE) disse que o BE já tinha alertado para atuação de vários poderes fáticos naquela cidade, sendo grave o que ali ouviram. Que naquela semana a Presidente da Câmara referiu a implementação de um código de conduta e aquela situação de explicações à margem das dadas pelo executivo municipal, não lhe parecia nada coerente com os princípios de conduta transparentes e nada respeitador dos órgãos representantes da população.

A reunião prosseguiu com os documentos do período de antes da ordem do dia que não foram discutidos na primeira reunião daquela sessão, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra ao vogal Fausto Neves (CDU) para apresentar a Moção "*(Subida necessária dos salários): A inflação tem atingido o País de maneira impiedosa. Para além dos números oficiais gerais, os bens de primeira necessidade têm chegado a valores de inflação superiores a 20%, o que manifestamente atinge de maneira desumana as classes mais desfavorecidas, entre trabalhadores que empobrecem a trabalhar, desempregados e reformados. A correspondente subida dos salários para manutenção do já de si fraco nível de vida da esmagadora maioria dos portugueses não se tem feito sentir. Os pequenos aumentos conseguidos aqui ou ali por alguns*

trabalhadores e reformados já foram engolidos pela subida vertiginosa dos preços. Em contraste chocante com os sucessivos recordes de lucros dos bancos e das grandes empresas, há cada vez mais portugueses com fome, a serem despejados da sua habitação, não conseguindo fazer face aos compromissos financeiros assumidos. Com a inflação baixa, diziam-nos que não havia razão para subir os salários; com inflação alta, dizem-nos que não se pode subir os salários, porque, alegadamente, isso fará aumentar a dita inflação. Em que ficamos? Contra esta teoria de esmagamento dos salários e de empobrecimento permanente de quem trabalha têm-se levantado grupos de trabalhadores de vários sectores com resultados positivos, respeitantes a subida de salários, dignificação de carreiras e de condições de trabalho. Destacou-se neste âmbito a gigantesca luta dos professores, ainda em curso, e a concentração e visibilidade de lutas laborais no "Dia da Indignação", realizado pela CGTP-IN no passado dia 9 de Fevereiro. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 23 de Fevereiro de 2023, exorta o Governo a adoptar políticas de valorização salarial, laboral e social, executando medidas de promoção e criação de emprego, de formação profissional, de melhoria das condições de trabalho, de solidariedade e segurança social, bem como políticas sociais de apoio às famílias (natalidade, crianças e jovens em risco, idosos e de inclusão das pessoas com deficiência), para combater a pobreza e a exclusão social e, Saúda todos os trabalhadores que têm vindo a lutar por melhores salários e condições de trabalho, cumprindo a Democracia Participativa que o 25 de Abril nos ofereceu há 49 anos e construindo, também nas empresas e nas ruas, um Portugal mais justo e com melhores condições de vida para quem nele vive e trabalha."

Paulo Leite (PSD) referiu que concordavam com aquela moção, embora importasse dizer que estavam a ser governados por um partido socialista e que a situação em que o país se encontrava tinha responsáveis, que eram o PS e também alguns partidos da esquerda que ajudaram o PS a implementar políticas que não foram as mais favoráveis para a economia, sendo que era necessário que para a adoção daquelas medidas a economia fosse capaz de as suportar. Que não deixava de ser estranho que, enquanto o PS governou com os partidos de esquerda, não havia greves. Que existiam vários nomeadamente quanto às políticas da habitação apresentadas pelo PS, sendo que o PSD tinha apresentado uma proposta que resolvia os problemas da habitação e que devia ser tomada em linha de conta pelo governo. Que a inflação na alimentação era de mais de 20%, embora tenha descido na energia. Disse que o



governo tem apostado na subida dos salários mínimos, encostando-os ao salário médio, o que não era bom para a economia, pelo que era necessário muito mais do que propostas para melhoria de vida e perceber bem, no jogo económico, o que podia ajudar as pessoas.

Fausto Neves (CDU) protestou, dizendo que o Partido Comunista não apoiou o governo PS, mas negociou, até às últimas instâncias pontos que o PS cederia em fazer, acrescentando que, quando o PS estava sozinho no governo, como atualmente, não viam grande diferença entre a política do PS e do PSD. Que o grande problema em Portugal era a divisão da riqueza, bastando olhar para os lucros astronómicos das empresas

Paulo Leite (PSD) contra protestou porque o partido comunista negociou naturalmente, mas viabilizou o governo PS. Disse que existiam muitas diferenças entre o PS e PSD, sendo que o PSD gerava sempre ciclos de crescimento e de resolução de problemas de dívida e o PS aumentava-a.

João Matos (BE) disse que aquela moção ganhava ainda mais vigor quando tiveram conhecimento da reunião da elite do banco central europeu que admitiu que, talvez, a subida dos juros era capaz de estar relacionada com os lucros astronómicos dos grandes grupos. Que, depois de ouvir o líder do grupo municipal do PSD, não podia deixar de referir que ninguém falava do programa de habitação, das propostas do PSD porque o PS engoliu o programa do PSD, que não saía do trauma de 2015, em que foi apeado por não ter conseguido conquistar uma maioria, empobrecendo o país com taxas de pobreza nunca antes vistas.

Teixeira Lopes (PS) referiu que o PS tinha consciência das dificuldades com que a sociedade portuguesa se confrontava e era escusado estar ali a refutar algo evidente, o que era também visível em toda a Europa. Que era importante saberem as razões para tal acontecer e quais as propostas para corrigir aquela tendência negativa do aumento de preços, da inflação e da situação em que se encontrava a população

Paulo Leite (PSD) disse que as taxas de pobreza nunca antes vistas eram as atuais e não as que existiram depois de uma bancarrota deixada pelo PS que o PSD teve de recuperar. Que as políticas do PS, com tendência para serem facilitistas, dando pequenas migalhas às pessoas. Fez notar que estavam muitíssimo pior do que a

esmagadora maioria dos países europeus e que o PS não percebia que tem vindo a prejudicar Portugal

João Matos (BE) disse que concordava que atualmente a pobreza era brutal, que a perda de salários reais era estrondosa e a maioria dos salários eram baixos, mas que os valores da pobreza nunca foram tão elevados como em 2014, em que superou os 21.3%

José Carvalhinho (PS) disse que estava solidário com aquele documento. Que viviam um período atípico da inflação porque normalmente aquela era induzida pela maior procura de produtos, sendo que a inflação registada atualmente advinha da oferta e ocorreu já antes da guerra da Ucrânia. Que os bancos centrais não tinham meios nem políticas monetárias capazes de combater aquela inflação, e que foram os causadores daquela inflação por terem injetado, desde 2008, dinheiro maciço no sistema. Que a perda do poder de compra no ano passado foi muita exagerada e a restrição colocada ao nível do aumento dos salários também

João Matos (BE) disse que concordava que era uma crise gerada pela oferta e não pela procura. Disse que naquele momento a produtividade era muito elevada em Portugal, traduzindo-se em lucros brutais das grandes corporações, sendo que a riqueza ficava sempre do lado do proprietário. Que havia quem defendesse, ali naquela sala e também no país, que aquela riqueza tinha de ser distribuída e ficar nas mãos de quem a produzia

Fausto Neves (CDU) disse que a CDU considerava que a culpa estava no próprio sistema, ou seja, que o capitalismo tinha crises sistémicas, cada vez mais curtas e cada vez mais brutais.

Votação: aprovada por unanimidade

De seguida passou-se aos pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente da Mesa referido que seriam discutidos em conjunto e votados separadamente. Passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal que referiu que no primeiro contrato com o Agrupamento de Escolas Gomes de Almeida foram transferidos 176 200,00€ e que para o agrupamento Manuel Laranjeira, 210 600,00€, tendo sido transferidos inicialmente 20% e o restante valor consoante as faturas apresentadas. Que a maior dificuldade estava no facto dos agrupamentos trabalharem de forma diferente da



Câmara. Que no segundo contrato transferiram a restante verba, 22 977,00€ para o agrupamento Gomes de Almeida e 81 819,94€ para o agrupamento Manuel Laranjeira. Disse que foi claramente insuficiente e que tiveram de as reforçar em 110.552,40€ para a Gomes de Almeida e em 31 849,98€ para a Manuel Laranjeira, sendo que com a mudança da Escola Espinho 3 para a Sá Couto, passaram a suportar as refeições.

Fausto Neves (CDU) disse que por lei existia uma comissão de acompanhamento das transferências que devia fazer um trabalho pormenorizado na questão dos custos, ou seja, se um funcionário da Câmara Municipal se deslocava à escola para mudar uma lâmpada, tinha de ficar registado nas contas. Supunha que o prazo daquela comissão estava para acabar, pelo que precisavam do relatório, acrescentando que nas Câmaras CDU iriam manter aquelas comissões de acompanhamento.

Presidente CME disse que a Comissão de acompanhamento existia e que a Câmara Municipal já tinha feito 2 reuniões e que se estavam a preparar para fazer a última em que seria elaborado um relatório final. Que já lhes tinha sido pedido pela DGAL o preenchimento de mapas para verificarem se a verba foi ou não suficiente, tendo-se verificado, claramente, que não foi

Paulo Leite (PSD) referiu que na certidão da deliberação da Câmara Municipal, os vereadores do PSD dão nota que, nos documentos previsionais 2023, foi definida uma verba para a rubrica em causa de 655 500,00€ e que os valores que se apresentam cabimentados eram de 830 mil euros, existindo um défice de 175 471,93€. Perguntou a razão de existir aquela diferença.

Presidente CME disse que a questão que estava a colocar referia-se aos pontos seguintes da ordem de trabalhos.

Fausto Neves (CDU) interveio e disse que o grande risco era as Câmaras não terem capacidade técnica para gerir a transferência do Estado e que as pequenas questões que se estavam a levantar estavam a dar razão à CDU, e que o seu grande receio era que o processo acabaria com a privatização do ensino público. Que a Comissão de Acompanhamento tinha de ser tecnicamente superior às próprias escolas e bem formada. Ainda sobre a questão da gestão das verbas, referiu que a escola Domingues Capela estava num estado lastimoso, o edifício tinha temperaturas de 2 graus, necessitava de uma intervenção urgente. Sugeriu que fossem lá colocados os quadros

retirados da escola Sá Couto, dado que as salas ainda tinham quadros para escrever com giz.

João Matos (BE) disse que a Presidente da Câmara, anteriormente vereadora da educação, referiu-lhes que a verba atribuída era claramente insuficiente e perguntou em que estudos foi sustentada a atribuição da verba, qual o conhecimento técnico de que se muniu para atribuir uma verba baixa, verificando-se uma discrepância entre um agrupamento de escolas e outro. Quanto às formas dos agrupamentos trabalharem, perguntou o que pretendeu transmitir quanto às formas diferentes de trabalhar dos agrupamentos

Presidente CME referiu que a escola Domingues Capela era prioritária para intervenção e que os primeiros quadros vieram da escola Sá Couto, tendo o município comprado 7 novos, e que também iriam ser instalados quadros interativos. Quanto à temperatura disse que estavam a tentar mudar o quadro elétrico porque não suportava a carga. Referiu que as verbas começaram em abril e que quando vieram referiu que estavam em aprendizagem e que nada faltaria aos agrupamentos, mas que de facto não foram bem previstas. Que os próximos contratos interadministrativos seriam diferentes porque estavam a aprender e que tinha feito reuniões, inclusivamente com outros municípios, para indagar dos procedimentos. Quanto à forma de trabalhar, apenas quis dizer que os agrupamentos tinham uma forma de trabalhar administrativamente diferente da do município, tinham plataformas diferentes, havendo uma certa dificuldade em conciliar as faturas e os canais para a sua entrega

Teixeira Lopes (PS) disse que se tratava de um processo novo que implicava uma série de modificações sob o ponto de vista da administração, pedagógico, pelo que as dificuldades apareciam e tinham de ser supridas com a prática, sendo que cada escola tinha uma cultura própria com hábitos e rotinas que, com o processo de descentralização, criou algumas dificuldades.

Foram de seguida votados os dois pontos em separado, sendo que ambos foram aprovados com 15 votos a favor e 10 abstenções.

Minuta de deliberação ponto 5: Reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida



referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022): A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), deliberou autorizar a realização de um reforço de €110.552,40 (cento e dez mil quinhentos e cinquenta e dois euros e quarenta cêntimos) ao valor dos recursos financeiros afetos pelo município e a transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida no âmbito do contrato interadministrativo celebrado em 18/10/2022 referente ao período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2022 do ano letivo de 2022/2023, nos termos da proposta da Câmara Municipal. A decisão foi tomada com 15 votos a favor e 10 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Minuta de deliberação ponto 6: Reforço dos recursos financeiros afetos ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2022): A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), deliberou autorizar a realização de um reforço de €31.840,98 (trinta e um mil oitocentos e quarenta euros e noventa e oito cêntimos) ao valor dos recursos financeiros afetos pelo município e a transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira no âmbito do contrato interadministrativos celebrado em 18/10/2022 referente ao período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2022 do ano letivo de 2022/2023, nos termos da proposta da Câmara Municipal. A decisão foi tomada com 15 votos a favor e 10 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Declarações de voto para os pontos 5 e 6:

Fausto Neves (CDU): *"A CDU votou favoravelmente estes documentos embora seja contra todo o processo das transferências porque acha que as escolas não podem ficar refém de um processo que está a começar mal e esperamos que não acabe mal, como nos pensamos. O estado em que as escolas estavam mereciam um voto a favor e não uma abstenção numa situação que é tão complicada e tão premente."*

Paulo Leite (PSD): *"O PSD absteve-se nesta votação porque, não obstante constatar que houve várias confusões, dificuldades e erros cometidos pelo caminho, e querendo que tudo corra bem nas escolas, sabemos que as escolas estão a precisar de muito rapidamente destas verbas e pela nossa parte jamais inviabilizaríamos, iríamos procurar fazer parte da solução. Queria deixar uma nota pela positiva, pela assunção dos erros cometidos e pela aprendizagem que estava a ser feita e desejamos que a Câmara tenha essa capacidade de aprender com os erros e dos corrigir e que de futuro as coisas corram melhor. Também nos, no que diz respeito à descentralização, a estas transferências de competências teriam várias coisas para dizer, mas para já, abstivemo-nos por considerarmos que a aprendizagem com os erros e essa assunção é um fator positivo que registavam com agrado."*

De seguida passou-se aos pontos 7 e 8 tendo o Presidente da Mesa referido que, tal como no ponto anterior, seriam discutidos em conjunto e votados separadamente, dando a palavra à Presidente da Câmara Municipal para apresentar o documento.

Presidente CME referiu que aqueles novos contratos interadministrativos respeitavam ao período de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2023 e que eram diferentes dos anteriores porque eram atribuídos 30% das verbas no início, mais 30% numa segunda fase, outros 30% numa terceira fase e por fim 10%, sendo uma forma de não asfixiar as escolas e de não haver grande concentração de faturas. Que os contratos foram elaborados com base no orçamento apresentado por cada um dos agrupamentos e que a diferença acentuada das verbas se explicava porque, no agrupamento Gomes de Almeida, no respeitante a lubrificantes, combustíveis, encargos de eletricidade, comunicações fixas de voz e avenças CTT, as despesas passaram a serem assumidas pela Câmara Municipal, por forma a verificarem se, em grande escala, ficava mais barato. Quanto à Manuel Laranjeira não foi possível porque os contratos que o agrupamento detinha terminavam no ano em curso, só podendo passar para a Câmara Municipal no final do ano. Que o facto da Câmara Municipal assumir àquelas despesas constituía uma diferença de 256 303, 41€ entre os dois agrupamentos. Que não havia diferença significativa entre os dois agrupamentos para os produtos de limpeza, higiene, fotocopiadoras, material para escritório, mas que lhes foi apresentada uma despesa de 70 mil euros para o refeitório da Gomes de Almeida e de 154 464, 32€ para o refeitório da Manuel Laranjeira, sendo que a diferença de verba se devia ao facto do Agrupamento Gomes de Almeida gerir o refeitório da escola sede



e a Manuel Laranjeira geria o da própria escola, o da Escola Sá Couto e assumiu as refeições da Escola Espinho 3 e ainda os lanches. Disse ainda que o município fizera um acordo com os dois agrupamentos para atribuição a cada aluno do pré-escolar e do primeiro ciclo de 10€ para material escolar, onde existia diferença de verbas devido ao número de alunos em cada um dos agrupamentos.

Fausto Neves (CDU) perguntou se a comissão de acompanhamento iria continuar, se seria formada outra comissão. Disse que os orçamentos feitos por quem precisava não eram os mesmos daqueles que tinham de dar, sendo que as escolas não sabiam o custo de certas coisas e que a Câmara teria de saber e de fazer

Nuno Almendra (PSD) perguntou qual era a forma de pagamento dos 10€ para material escolar e onde o material poderia ser adquirido pelos alunos. Sobre as estimativas de poupança nos contratos em larga escala, perguntou se já tinham ideia do valor

Presidente CME referiu que a comissão de acompanhamento com a constituição que tinha, por ser acompanhada pelo Diretor Regional, iria terminar, mas que, todos os meses, haveria reuniões entre a Divisão de Educação e cada agrupamento. Quanto à verba por aluno, foi solicitado às escolas a indicação da forma como entendiam ser melhor e que o material seria adquirido na papelaria da própria escola. Disse que ainda não tinha dados sobre a estimativa de poupança, que os daria logo que possível, mas que ficava com a sensação de que haveria vantagens.

Presidente da Mesa aproveitou para referir que, na última reunião da assembleia foram colocadas dúvidas relativas à descentralização de competências na área social, para as quais a Vereadora Leonor Fonseca não tinha dados exatos para prestar, sendo que os mesmos foram hoje por ele recebidos e divulgados aos membros da Assembleia Municipal

Intervenções

Fausto Neves (CDU) disse que era vogal da Assembleia Municipal quando se votou a criação dos agrupamentos escolares, tendo a CDU sido a única força a votar contra a questão, contra colocar os alunos de diferentes idades juntos, contra a unificação dos espaços e que com a crise de natalidade que se verificava, fez a sugestão de reduzir o número de alunos por turmas, aumentando a qualidade do ensino. Disse que não era

coincidência, numa década juntar os alunos e na década seguinte por as Câmaras a pagar, pelo que entendia ser uma boa altura para a Câmara Municipal fazer um balanço dos agrupamentos, dos pontos positivos e negativos daquela junção.

Foram de seguida votados os dois pontos em separado, sendo que ambos foram aprovados com 14 votos a favor e 11 abstenções.

Minuta de deliberação ponto 7: "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023): A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), deliberou aprovar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre a Câmara Municipal de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2022/2023 no período do corrente ano civil, entre 1 de janeiro até 31 de agosto de 2023, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. A decisão foi tomada com 14 votos a favor e 11 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

Minuta de deliberação ponto 8: "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 (ano civil de 2023): A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), deliberou aprovar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre a Câmara Municipal de Espinho e o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2022/2023 no período do corrente ano civil, entre 1 de janeiro até 31 de agosto de 2023, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. A decisão foi tomada com 14 votos a favor e 11 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

Declarações de Voto para os pontos 7 e 8



João Matos (BE) *"Não vou voltar a enunciar os argumentos pelos quais o BE é contrário a este processo de transferência de competências, à municipalização da educação, mas em coerência com essa posição, tanto nos pontos anteriores como nestes, vamos abster-nos".*

Fausto Neves (CDU) *"Abstivemo-nos porque somos contrários a este processo. Nos pontos anteriores, achamos que o reforço de verba para salvar uma situação complicada, que nos criticamos e fizemos críticas às câmaras e provavelmente às escolas, achamos que merecia o voto a favor."*

Ponto 9. Proposta de 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Espinho para 2023

Presidente da Mesa disse que entendeu que a informação prestada era insuficiente e pediu à Câmara Municipal informação suplementar já distribuída aos vogais que permitia fazer uma leitura mais simples e adequado do mapa de pessoal e deu à palavra à Câmara Municipal

A Vereadora Leonor Fonseca disse que as alterações não foram muito significativas, sendo que, após aprovação do mapa de pessoal no final do ano passado e do suplemento de penosidade e insalubridade, houve necessidade de identificar e justificar, no mapa de pessoal, os postos de trabalho dos assistentes operacionais com funções em condições de penosidade e insalubridade e também de afetar um assistente operacional no serviço médico-veterinário, que estava erradamente no Núcleo de Serviços Urbanos. Acrescentou que para o suplemento de penosidade e insalubridade, aprovado por unanimidade em reunião da Câmara Municipal de 26/12/2022, tinham todos os pareceres fundamentados da Segurança e Higiene no Trabalho da Divisão de Recursos Humanos, da Divisão Económica e Financeira, da empresa de Medicina no Trabalho, do SINTAP e que após a realização da reunião da Câmara Municipal, receberam os pareceres do STAL e da CCDRN. Acrescentou que no parecer da Divisão Económica e Financeira constava a dotação orçamental para o suplemento de penosidade e insalubridade, que era insuficiente e por isso posteriormente reforçada com 45 mil euros por contrapartida da rubrica Pessoal em funções, acrescentando que estavam a despender cerca de 4500,00€ por mês. Fez notar que os valores foram pagos com efeitos retroativos a outubro de 2022, sendo que, todos os anos, teriam de fazer análise do processo e pedir os pareceres para

continuar o pagamento do suplemento aos trabalhadores. Relativamente à criação de dois novos postos de trabalho, disse que um deles era de um Técnico Superior na área de arquitetura para a Divisão de Edifícios e Recursos, atendendo a que apenas o Chefe daquela Divisão era arquiteto, o que era insuficiente num sector que tinha a seu cargo todos os edifícios do município, as obras públicas, e o segundo um Técnico Superior na área de comunicação social era para a Divisão de Promoção e Eventos, atendendo a que, os poucos elementos que tinham naquela divisão, tinham formação de base em relações públicas, relações internacionais, design, turismo. Disse ainda que o saldo de gerência de 310 mil euros afetos à rubrica para recursos humanos tinham a ver com para o pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade, contratos individuais de trabalho, mobilidades e transferências, subidas de escalão, novos concursos de recrutamento de pessoal, designadamente 10 cozinheiras para as escolas, reforço do urbanismo e reforço jurídico, atendendo que os recursos humanos estavam envelhecidos e em fase de pré-reforma

Fausto Neves (CDU) perguntou em que data entrou em vigor o suplemento de penosidade e insalubridade e se a Lei não apontava para uma retroatividade. Por outro lado, congratulava-se pela entrada em vigor da Lei dado que foi o PCP que conseguiu fazê-la aprovar, a qual vem dar uma justiça a uma quantidade de profissões terríveis quer a nível da saúde quer a nível da penosidade do trabalho

Abel Santos (PSD) perguntou quem estava a fazer, naquele momento, o acompanhamento das empreitadas em edifícios públicos, habitação e escolas, como era feita a sua monitorização e quais as obras previstas no município. Perguntou se o novo posto de trabalho na área de comunicação social era para integrar na Espinho TV

João Matos (BE) perguntou em que medida o subsídio de penosidade e risco estava a ser aplicado aos trabalhadores do cemitério municipal e alertou para o facto de lhe parecer haver um erro interpretativo da Lei naquela matéria, dado que obrigava a que o suplemento fosse pago a partir de janeiro de 2021

Vereadora Leonor Fonseca respondeu que, em reunião de 21/12/2022, ficou definido a identificação e o reconhecimento dos funcionários que teriam direito ao suplemento, sendo a partir daquele momento que estavam obrigados a proceder ao pagamento, de acordo com os pareceres da DGAL e da CCDRN, com efeitos retroativos ao momento



de identificação dos trabalhadores que tinham direito. Disse que todos os funcionários do cemitério tinham direito àquele subsídio

João Matos (BE) referiu que seria importante para além do parecer da DGAL, o parecer das forças sindicais que representavam aqueles trabalhadores

Vereadora Leonor Fonseca respondeu que os pareceres do STAL e do SINTAP estavam nos documentos presentes na reunião e do conhecimento de todos os vereadores. Disse que a retroatividade a janeiro não era possível dado que o suplemento foi regulamentado em novembro. Disse que iriam avançar com novos projetos de arquitetura, tinham o primeiro direito em andamento o Centro de Saúde e também tinham de tomar providencias quanto à escola Domingos Capela, exigindo técnicos qualificados, sendo que o Chefe de Divisão que tinha aquela formação de base estava assoberbado. Que era entendimento da Câmara que o técnico superior de comunicação social devia ficar na Divisão de Promoção e Eventos

Presidente CME acrescentou que havia algumas requalificações em que seria necessário apresentar novos projetos, o que levava à necessidade de um arquiteto

Presidente da Mesa referiu que quando recebeu o processo de alteração ao mapa de pessoal, pelo facto de ele entroncar na nova necessidade de identificação dos trabalhadores que passavam a receber o suplemento de penosidade e insalubridade, entendeu que os vogais tinham de estar na posse de todos os elementos do processo, tendo por isso, pedido à Câmara Municipal que se disponibiliza os documentos constantes do NIPG 11590/22. Que a revisão ao mapa de pessoal era obrigatória para incluir aqueles trabalhadores.

Intervenções

João Matos (BE) disse que o suplemento de penosidade e risco para os trabalhadores do Cemitério estava a ser pago ao funeral e não todos os dias como era de Lei, pelo que era importante retificar aquela situação. Sobre a regulamentação da Lei em novembro 2022, disse que a Lei Geral estava regulamentada a partir de janeiro de 2021 e que no entender do BE houve latitude a mais para que os municípios usassem da sua boa vontade na aplicação do subsídio e que, no distrito de Aveiro, Espinho foi um dos que mais protelou e atrasou a sua atribuição. Pediu ao executivo que explicasse as opções políticas tomadas que passavam por um aumento de 48% no

total de postos de trabalho a criar, 125% nos Chefes de Núcleo a criar, 110% nos Chefes de Divisão a criar, de 100% nos Diretores de Departamento a criar. Perguntou qual o número de funcionários que passaram à aposentação, o número dos que pediram licença sem vencimento, o número de funcionários em situação de baixa prolongada permanente e o número dos que estavam em tempo parcial

Fausto Neves (CDU) lembrou que por várias vezes se questionou o anterior executivo PSD, na pessoa do seu Presidente Pinto Moreira, quando entraria em vigor aquele direito, sendo que a resposta era que estavam a fazer a listagem de quem precisava e que iriam pagar com retroativos a janeiro. Que era necessário reverem aquela parte legal porque sempre ficou com a ideia que era a partir de janeiro 2021

Paulo Leite (PSD) referiu que já tinham votado contra o mapa de pessoal no ano passado, tendo dado nota do exagero na admissão de mais pessoas e do aumento de custos com o quadro de pessoal, que foi negado pelo anterior presidente, Miguel Reis, afirmando inclusivamente que os custos seriam reduzidos e o nível do serviço aumentaria, embora nunca tivesse apresentado documento com a dita redução. Que a atual Câmara continuava com aquele tipo de organização, não trazendo nenhuma melhoria no aumento e na eficiência na prestação de serviço aos municípios, mas trouxera aumento de custos, sendo expectável que fosse reconhecida a má decisão e aproveitassem para reduzir a quantidade de assessores e de chefias, dando ênfase aos assistentes operacionais para as funções necessárias. Que nada tinham a apontar quanto à concessão do suplemento, mas não podiam aceitar a continuação da mesma organização.

Vereadora Leonor Fonseca esclareceu que houve um mês em que, por lapso, foi pago ao funeral, sendo que o erro foi corrigido. Quanto aos dados pedidos pelo vogal João Matos disse que não os tinha ali, mas que os faria chegar ao Presidente da Mesa. Que no Decreto-Lei referia que entrava em vigor em janeiro 2022 e que o município procedeu ao pagamento com retroativos a outubro de 2021. Disse que o mapa de pessoal decorrente da alteração ao organograma já tinha sido discutido em sede própria e em tempo útil e que apenas estavam a discutir uma alteração, sendo sobre aquela que estava disponível para prestar qualquer informação.

Presidente da Mesa pediu à Câmara Municipal que lhe fosse disponibilizada, para transmissão aos vogais, a nota informativa da DGAL relativa à Lei 75-B/2020



João Matos (BE) disse que para além da nota informativa da DGAL, também seria importante terem o parecer dos sindicatos. Disse que a Câmara municipal tinha de se preparar para responder às perguntas dos vogais e não atirar sistematicamente para as calendas

Presidente da Mesa esclareceu que os pareceres do SINTAP já estavam nos documentos fornecidos para aquela sessão, faltando de facto o do STAL, pelo que solicitou à Câmara o seu envio.

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

Minuta de deliberação: "Proposta de 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Espinho para 2023: A Assembleia Municipal de Espinho, no uso da competência conferida pela alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual) e pela alínea a) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, deliberou aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, conforme o disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP - aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação) e de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. A decisão foi tomada com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

A reunião foi dada por encerrada, tendo as deliberações tomadas na presente reunião sido aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
